



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: IPÊ CLUBE – V. CLEMENTINO
DATA: 21 DE AGOSTO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Boa noite a todos! Declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública, que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realiza no ano de 2018.

Informo que a íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público no endereço www.sp.sp.leg.br no link audiências públicas, registro escrito.

Essa audiência tem por objetivo, discutir o projeto de lei 107/18, de autoria do nobre Vereador José Police Neto, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo dos termos de permissão de uso e concessões administrativas de áreas públicas municipais ao Ipê Clube e dá outras providências.

Informo que as inscrições para o pronunciamento estão abertas junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados a participar dessa audiência, claro, o autor do projeto, nosso amigo, Vereador José Police Neto; Vereador Eduardo Tuma, Secretário Municipal da Casa Civil; Sergio Enrique Passos Aveledo, Secretário de Gestão, nesse ato, representado pela Sra. Rosely Magalhães Cunha, Coordenadora de Gestões do Patrimônio Imobiliário; João Farias, Secretário Municipal de Esportes e Lazer, me ligou, foi convocado pelo Sr. Prefeito, agora à noite, para uma reunião que irá discutir a questão do Pacaembu. Foi levantada aquela questão e hoje irão fazer a reunião; Ivo Amadeu, Presidente do Ipê e Alberto Besser, Presidente do Conselho Deliberativo.

Gostaria de registrar a presença do Sr. Antonio Roberto Barbosa, diretor Administrativo e de Suprimentos; Sr. Sergio Augusto Carmo Lima, Diretor Financeiro; Luiz Antonio Moises, Diretor Sócio Cultural; Claudio Bergamano, Conselheiro; Luiz Inácio Mercadante, do Conselho Deliberativo do Ipê e Comitê de Obras; Waldir Gomes Moreira, Conselheiro; Milton Dallari, membro do Conselho Deliberativo do Ipê.

Passo a palavra ao nobre Vereador José Police Neto, autor do Projeto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimentar o meu Presidente da Comissão de

Constituição, Justiça e Legislação Participativa, cumprimentar os dois Presidentes: Administrativo e Fiscal executa e analisa o bom desempenho dessa execução e rapidamente realizar a introdução do tema, sei que para parte dos que estão aqui vou repetir algo que já é conhecido, mas dentro de uma audiência pública que se pretende debater projetos temos de buscar as origens dele. Primeiro que estamos em um terreno público. O Clube Ipê, ao longo de algumas décadas administra com muita competência a partir de uma concessão administrativa um pedaço do patrimônio que é da Cidade de São Paulo, e tem feito isso com muita competência. E o que nos motivou a apresentar o projeto de lei, tem duas leituras muito objetivas, a primeira é que no começo de 2005, a Prefeitura do Município de São Paulo, ofereceu a Cidade de São Paulo, uma nova leitura da forma em que o setor público ia se relacionar com aqueles que tinham concessões administrativas de áreas públicas municipais o Clube Ipê foi o primeiro a apresentar para o Município desejo material por carta endereçada ao prefeito à época José Serra, de compra da área. O debate de 2005, até hoje, 2018, foi bastante intenso, por dois elementos fundamentais. Lá em 2005, o Clube Ipê utilizava uma área pública concedida mas essa área não tinha o zoneamento de clube, portanto a grande inovação e conquista, inclusive, parte dos associados, se mobilizaram durante os anos de 2012, 2013, 2014, no debate do Plano Diretor e depois do consequente debate do Zoneamento da Cidade de São Paulo, inclusive realizando audiências públicas, aqui no Clube. Audiência Pública foi realizada, no restaurante, foi lá que conseguimos realizar uma das audiências públicas, a cidade alterou o zoneamento reconhecendo porções do território que passariam a ser reconhecidas como áreas de clube AC1 e AC2. Áreas de Clube das áreas porções do território já com infraestrutura como é o caso dessa, e 2 daqueles que estão nas áreas ainda protegidas ambientalmente. Os dois tem relevância. Áreas verdes protegidas e é assim que as áreas de clube foram interpretadas pelo Plano Diretor e pela Lei de Parcelamento, são áreas do território que são protegidas ambientalmente. Você afastou uma das grandes preocupações do entorno. Aqui, falo inclusive com um morador o entorno, a maior preocupação que os moradores da Vila

Mariana anunciaram à época desse debate, é que essa área publica, poderia se transformar em um grande empreendimento habitacional ou grande empreendimento de serviços. então a preocupação que se tinha naquela época era, de não trazer uma nova centralidade polar para um terreno publico que cumpria uma função ambiental e social. passada essa fase, da definição do tipo da zona, da forma com que a terra era interpretada, eu, em conversas com o Clube, estimei o Clube a avançar, tanto, no debate de compra do terreno, como de manutenção. No ano passado acompanhei de perto um processo legislativo que teve origem, o então, vice-Presidente da Casa, Vereador Tuma, solicitava a prorrogação da autorização executiva de prorrogação da concessão que o Clube São Paulo, tinha com o Município em uma área na Operação Urbana Água Branca, onde hoje está instalado a CET.

Fiz questão de questionar o proponente se seria possível dentro do projeto que tramitava a extensão desta possibilidade a outros clubes que tinham alguma similaridade. Fiz um esforço inclusive de elaboração legislativa oferecendo uma propositura assessória, em forma de emenda, que adicionava o Clube Ipê e a área que ocupava com autorização, mas também estendia essa autorização a todos os clubes com regular concessão para que fosse aberto a todos eles o mesmo período e a mesma oportunidade. Então, clubes como o Clube Ipê, o Clube Círculo Militar, como Clube Espéria, Penha teriam a oportunidade de se apresentar ao Executivo dizendo: “Tenho interesse em continuar com a concessão e, além disso, tenho um volume de associados que se manifesta favoravelmente a isso”.

Naquele momento não foi possível avançar na aprovação da emenda, mas assumi o compromisso com os associados e com a sociedade da Vila Mariana em fazer isso em outro processo legislativo. Apresentei o projeto no começo deste ano, portanto, cumpriu uma etapa no debate dentro do processo legislativo no ano passado, inaugurei um novo processo legislativo este ano e aí discutindo um projeto específico e que submeto a audiência pública neste momento, como submeti a debate no ano passado como foi submetido ao debate a transformação desse território em área clube.

Então, o Parlamento de São Paulo quis, em 2016, transformar essa área em clube. Se essa área permanecerá clube, o que discutimos neste momento é quem será o gestor dessa área porque ele continuará clube pelo menos até 2030.

Até 2030 com o Plano Diretor que aí está, com a Lei de Parcelamento que aí está, está superado. Então, não temos aqui mais a disputa de finalidade. Então aqui não será, se o Município precisasse, vendido a iniciativa privada para empreender. Então, será clube. Pela qualidade e competência que as gestões sucessivas e aqui falo de dois presidentes que conheci, mas tem outros presidentes aqui a minha frente que também conheci na gestão da presidência. O Clube Ipê é uma pequena pérola da Vila Mariana. Sabemos disso e, portanto, consegue cumprir um papel social e consegue cumprir um papel de desenvolvimento local. Poucos clubes atravessaram as tormentas das academias e dos condomínios-clube mantendo um conjunto de associados que mantem o clube em funcionamento. Quantos não foram os clubes que vimos balançando pelo efeito academia, pelo efeito condomínios que acabaram drenando parte dos recursos que iam para os clubes para outras realidades, mas o Clube Ipê enfrentou essa, em minha opinião, saudável disputa e mostrou que o clube é importante também para um enredo social das famílias, para educação, o Clube tem uma CEI - Centro Educação Infantil - aberto à sociedade e isso vai mostrando um pouco o vigor das suas intervenções.

Então, trago ao debate o Projeto de Lei 107/2018 que pretende autorizar o Poder Executivo a prorrogar a permissão de uso e a concessão administrativa da área pública municipal ao clube, como manifestado em diretoria é o desejo da diretoria do clube, diretoria essa que passou por mais de uma prova de voto. Então todas as diretorias desde 2005 e o período que me relaciono com o Clube enquanto Parlamentar vem anunciando seu desejo de continuar realizando a sua boa gestão, mesmo tendo as suas disputas.

As direções executivas e fiscais têm as suas disputas, mas o que nenhuma delas abandona é o desejo de continuar administrando bem este espaço público. Portanto, não faz

sentido a gente, enquanto legislador, não trazer a debate isso, reconhecendo se clube continuará esse espaço a ser, reconhecemos a competência que os associados, na escolha dos seus dirigentes, têm tido. Portanto, dou o meu voto favorável para que o Clube Ipê continue, com o seu conjunto de associados, a administrar esse pedaço da cidade muito importante para nós. Tem na mão dos seus associados e nas eleições democráticas que realizam o tempero necessário para termos todos aqui administrando. Então, não é só um pedacinho, porque quando se elege se escolhe os melhores daqueles que se põem à prova e à disposição.

Por isso, peço ao Presidente, que é Presidente também da Comissão, então, é Presidente dos nossos trabalhos na audiência pública, mas também presidente da comissão, o voto favorável, quando o projeto for levado à votação. Porque já fiz esse debate com o Relator Celso Jatene, que também concorda com a manutenção, com a nossa autorização.

Então, se o Executivo vai conferir ou não, é uma tarefa só do Executivo. Mas, da autorização legal, o Vereador Celso Jatene tem toda a concordância, sempre lembrando que após a autorização legislativa tem uma fase executiva, que pode concordar ou não com essa sessão. Mas, a parte legislativa de autorizar estará autorizada.

O Vereador Celso Jatene nos traz uma questão importante, pois já foi Secretário de Esportes durante quatro anos e viveu a alguns metros do clube. Então, conhece a realidade do clube, conhece a realidade da área, e, ao dar um parecer favorável, complemento único do espaço que talvez eu não seja tão competente como ele.

Ele, como torcedor do Santos, ganhou mais títulos do que eu como torcedor do Corinthians, então, é a única questão que deixo, a questão esportiva do Celso Jatene. Como foi nosso Secretário durante quatro anos, teve por parte do Ipê sempre uma porta aberta para o desenvolvimento das tarefas de esporte e recreação e lazer da Cidade, lembrando que o clube sempre teve suas portas abertas para diversas atividades sociais. A Cidade sempre precisa de um espaço como esse.

Portanto, acho que reunimos as condições de fazer aprovar, quem sabe amanhã ou semana que vem, o projeto na Comissão de Constituição e Justiça, levando a plenário o projeto o quanto antes, lembrando que o clube ainda tem contrato com a Cidade. Então, lembrando que a concessão administrativa é um modelo contratual vigente e vem cumprindo todas as suas obrigações.

Então, não estamos deixando o tempo nos pegar de calça curta. Se é verdade que algum dos clubes... Está aqui o sempre Vereador, agradecemos a presença do Secretário, estou somente concluindo dizendo que acredito sim que o projeto reúne com o parecer do Relator, Vereador Jatene, que foi Secretário de Esportes, vizinho da casa e conhece muito a realidade dos clubes da cidade de São Paulo, sejam clubes que estão em áreas públicas, sejam os que estão em áreas privadas, o acompanhamento responsável de um presidente de uma comissão como a Comissão de Constituição e Justiça, que também tem uma presença no território, não só política, mas familiar.

Lembrando a todos sobre a militância histórica da família Nomura em toda a região da Vila Mariana, eu me sinto absolutamente à vontade para pedir o reconhecimento da nossa Comissão de Constituição e Justiça para que seja levado à votação. Interpretava que acertava a comissão realizando essa audiência pública no clube, inclusive para recebermos as críticas e as sugestões e também alimentar o processo legislativo da participação da sociedade.

Concluo, então, a minha participação agradecendo muito agora o Executivo em casal. Agora temos uma competente Procuradora e também o nosso Secretário e os nossos dois presidentes, presidente-fiscal, portanto, o legislador aqui do clube, que está lá na ponta e o nosso prefeito ou presidente-executivo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Convido-o a fazer parte do projeto enquanto coautor, já fiz esse convite. Sei que tão logo haja a aprovação do projeto, teremos a presença do Vereador Nomura como coautor, mostrando o esforço que vem fazendo para que esse projeto seja aprovado. Mas, também que seja debatido à exaustão para não

restar dúvida a ninguém o quanto o Ipê administrou bem esse território, o quanto dialogou com a sociedade para lançar sobre si uma área ou um zoneamento que fosse adequado às funções sociais do território. Desse modo, escutando e respeitando os moradores do entorno, que temiam um grande empreendimento imobiliário aqui. Vocês todos sabem disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Cumprimento novamente o nosso autor do projeto, Vereador Police Neto que, com brilhantismo, fez a exposição de motivos que motivou a apresentação do projeto. Até já aceito de antemão ser coautor – acho que todos os Vereadores da nossa Casa, sem dúvida, irão aderir a esse projeto e votar com entusiasmo. Basta o clube verificar o quanto essa área foi tratada e é tratada com carinho e preocupação.

Acredito, sem dúvida alguma, que não teremos nenhum problema com relação à Câmara Municipal na aprovação. Conversei com o Vereador Celso Jatene, Relator, que já elaborou parecer favorável à apresentação desse projeto. Acredito que na próxima semana poderemos votar esse projeto.

Gostaria de passar a palavra ao nosso Secretário da Casa Civil, Eduardo Tuma, que gentilmente compareceu – fez questão de comparecer – mas, como está com outras reuniões, gostaria de passar já a palavra a ele. Mas, antes disso, quero convidar o Dr. Cristiano de Arruda Barbirato, que faz parte da coordenação jurídica, a ocupar o assento à Mesa. Sem mais, passo a palavra ao nosso Secretário Eduardo Tuma.

O SR. EDUARDO TUMA – Boa noite a todas e a todos. Gostaria de cumprimentar os Vereadores Aurélio Nomura e José Police Neto, a Roseli e os integrantes da Mesa. Quero cumprimentar também aqueles que compareceram a esta audiência pública. O Vereador Nomura hoje à tarde pediu-me que eu estivesse aqui, mas o assunto já vem de longa data. Tenho discutido isso com os Vereadores, principalmente com o Vereador Police Neto, e quero dizer que o Executivo não tem outra intenção, a não ser uma, a de atender essa solicitação por intermédio do projeto de lei.

Vieram algumas alterações no projeto tão simplesmente para ir em direção àquilo que já acontece em outros exemplos iguais ao Clube Ipê. O Vereador Police Neto falou de clubes em áreas públicas e privadas – vou citar aqui por alto o São Paulo Futebol Clube, por exemplo, que teve a renovação da concessão feita pela Câmara Municipal – assim como é o caso do Ipê. Existem outros clubes na cidade que também se encontram nessa mesma situação. Cito outro exemplo: o Clube Círculo Militar.

Mas, para retomar o que eu dizia sobre as alterações que foram feitas no projeto, pura e simplesmente para que não tivéssemos aprovação e sanção do projeto de lei e da lei e depois tivéssemos uma batalha jurídica em função daquilo que aprovamos.

Nessa alteração vou citar um único exemplo: a questão do prazo. Antigamente os projetos de concessão de áreas públicas ou privadas para clubes sociais, como é esse o caso do Ipê, fazer assim em 90 anos, 99 anos, era um prazo bastante elástico. Nos últimos episódios nesse sentido, o Ministério Público fez questionamentos e acabou na Justiça conseguindo algumas alterações.

Por isso, o que a Procuradoria da Prefeitura orientou nesse projeto também é que se fizesse a concessão por até 20 anos. Uma renovação igual, subsequente, imediata, uma única renovação por mais 20 anos, então, estamos falando em 40 anos dessa nova concessão.

Eu não sei se já foi dito, mas estou repetindo, só para que vocês saibam que temos a mesma linguagem, o objetivo é o mesmo e muito próximo – encerro a minha fala aqui – de se concretizar. É um projeto que já está na pauta da Ordem do Dia para ser votado, com as alterações que foram feitas. Ele tem um encaminhamento para a sanção muito certo.

Acho que essa é a minha fala. Quero agradecer e me colocar à disposição também de todos aqui na Secretaria da Casa Civil. O Vereador Aurélio Nomura disse e realmente tenho outro compromisso, mas vim aqui para afirmar que é essa a intenção do Governo.

Obrigado, boa noite a todas e a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradecemos novamente a presença do

Vereador Eduardo Tuma. Hoje conversei com ele e pedi encarecidamente seu comparecimento, porque é importante mostrar a posição do Governo, a posição do nosso Prefeito Bruno Covas, favorável a esse projeto. Então, temos um caminho extremamente aberto, uma posição favorável do Governo, do Prefeito, demonstrada e falada agora pelo nosso Secretário Eduardo Tuma.

Gostaria de passar a palavra a Sra. Roseli Magalhães Cunha, Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário da Secretaria Municipal de Gestão.

A SRA. ROSELI MAGALHÃES CUNHA – Obrigado, Presidente. Boa noite a todos, muito nos honra participar dessa audiência pública. O nosso papel aqui é de explicar um pouco o processo para que todos tenham conhecimento, o Executivo muito bem representado pelo Eduardo Tuma, coloca uma posição onde já foi acolhido o pedido e esse pedido se transformará brevemente numa lei.

O CGPatri é responsável por toda a instrução e o bom uso das áreas públicas, de forma que acolhemos os pedidos, instrumentamos, realizamos consultas a todas as Pastas – aqui, no caso, a Pasta da Secretaria de Educação, a Pasta da Secretaria de Esportes, para que possamos, dentro da condição da concessão, buscar também o melhor uso e também o melhor compartilhamento das áreas do clube para com a Municipalidade.

Por aqui o Processo correu pelo número 2013-03454471. É um processo público e pode ser acessado por todos aqueles que desejarem. Foi dito que o pedido de revisão de contrapartidas, onde a Secretaria de Educação coloca as contrapartidas, todas foram honradas pelo clube, o que muito nos alegra, porque, inclusive, por declaração da própria Secretaria, é sabido que temos certa dificuldade no atendimento de todas as vagas necessárias, por vezes em regiões específicas. Quando temos uma área pública, que tem uma utilização por meio de concessão, a busca é exatamente trazer para essa questão também uma utilidade pública.

Naquilo que foi dito em relação ao comprometimento de contrapartidas, há oferecimento do clube de: 50 vagas para crianças de dez a 16 anos; 40 vagas no maternal

para crianças de dois a cinco anos; 80 vagas no movimento de esculturismo; e 70 vagas no movimento de bandeirantes.

Com isso, entendemos que não só o clube, os seus sócios, mas também a Cidade está sendo beneficiada, de forma que a manutenção por parte da Secretaria de Educação foi mantida.

Da mesma forma, a Pasta da Educação informa que não há óbice em relação a tudo aquilo que foi mencionado em detrimento da contrapartida. A Pasta da Secretaria de Meio Ambiente defende a manutenção da permanência das áreas verdes, por entender que essa é uma região que necessita desse pulmão.

Como os senhores podem perceber, esse é um processo que corre com uma instrução, e todas as Pastas foram devidamente consultadas, com parecer favorável. Esse é um processo público que pode ser acessado por qualquer cidadão e não corre em sigilo; isso é instrumentado e passado para o Executivo para que ele possa apreciar, analisar e recomendar ou não – e, nesse caso, a recomendação foi feita – a renovação da concessão e para que a contrapartida seja avaliada e, em algum momento, confirmada.

Estou à disposição e, caso algum dos senhores tenham alguma dúvida em relação ao processo, estou aqui e feliz por participar desta audiência pública.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O Ivo ou o Alberto gostaria de falar alguma coisa?

(NÃO IDENTIFICADO) – O nosso porta-voz, Gerson Brito Vianna, gostaria de falar alguma coisa em prol do clube.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, nós gostaríamos de chamar o representante do Clube Ipê o Sr. Gerson Vianna.

O SR. GERSON AGUIAR DE BRITO VIANNA – Boa noite, Srs. Vereadores, Dra. Sueli, representantes da Câmara Municipal de São Paulo e da Prefeitura. Já que os senhores

já defenderam tão bem a nossa necessidade, só vou contar um pouquinho da atualidade e do passado.

O clube começou com a dissidência do Esporte Clube Banespa, em 1945, quando o esse era um clube originário dos bancários do Estado de São Paulo e também tinha associados que não eram bancários.

Naquela época, existia uma rivalidade interna muito grande pelos espaços do clube, e um grupo de dez pessoas especiais, que eram do Banespa e não eram bancários, não aceitaram essa diferença, o que gerou um processo de discriminação muito grande. Esse grupo de dez associados, que possuía um grande valor intelectual e moral, mantinha um sentimento de revolta que os impulsionou a criar um espaço socioesportivo diferenciado, onde não houvesse discriminação e todos fossem tratados da mesma forma e respeitados independentemente da sua origem cultural, social ou condição física.

Assim veio a ser fundado o Ipê Clube e, para caracterizar essa igualdade, embaixo de seu símbolo há um sinal de igual. Isso foi em 1945.

Houve duas passagens muito importantes no clube. Em 20 de janeiro de 1945 ocorreu a primeira reunião como entidade esportiva e, em 19 de fevereiro de 1946, ocorreu a segunda reunião com a assembleia geral ordinária instituindo o estatuto.

Esse clube começou nesse terreno, que era abandonado, onde havia um charco com um mato muito alto e também onde havia um tanque, um lago muito grande; inclusive essa rua, à época, se chamava Rua do Tanque. Nessa rua tinha o trilho de bonde, que ia para Santo Amaro, e neste ponto havia uma grande árvore de ipê. Esse lado servia aos animais, os burros da Prefeitura que puxavam as carroças que faziam a limpeza da região. Por isso, então, se chama Clube Ipê. Essa rua depois passou a ser chamada Rua do Estado de Israel, por ser continuação da Rua Estado de Israel, e depois passou a ser chamada de Rua Ipê.

Toda essa história está contada no livro *História do Ipê Clube*, escrito pelo antigo sócio, Sr. Geraldo de Brito Vianna, meu pai, que começou e escrevê-lo em 1969 e o terminou

em 1986.

Uma peculiaridade: um dos fundadores do clube, Dr. João Dias da Silveira, após uma excursão ao Egito, em uma conversa com o guia, ele fez a seguinte analogia com o oásis que ele tinha acabado de fundar aqui: “O sentimento de coletividade que existe no oásis de Esna não difere do sentimento ipeano, porque este também nada comporta além do interesse coletivo e despreza o individualismo”. Esse era o espírito de um dos nossos fundadores.

Esse foi um resumo rápido e, agora, dados recentes. O clube é constituído por duas áreas: uma com 9.185 metros quadrados, que é utilizada a título de permissão de uso pelo Decreto 11.225, de agosto de 1974, por prazo indeterminado; e outra contígua, de 21.800 metros, a título de concessão de uso – é uma escritura pública de novembro de 1980, precedida pela Lei Municipal 9.083, com prazo de uso de 40 anos – antigamente os prazos eram mais longos. Em janeiro de 1954, o Ipê Clube foi declarado de utilidade pública pela Lei Estadual 2.555.

Como já foi dito aqui, em contrapartida a essa utilização das áreas, o clube tem como obrigação manter algumas benesses para a municipalidade, como as 40 bolsas de estudo na nossa escola maternal, que incluem material escolar, uniforme e todas as outras despesas. Todas as 50 vagas para crianças de 10 a 16 anos no clube de menores, que visa à prática esportiva. Inclusive hoje está mais difícil conseguir pessoas que queiram praticar; quando vamos procurar, às vezes só conseguimos de 50 a 60. Mas conseguimos atender a esse número sempre. Oitenta vagas são para o movimento do escotismo chamado Guia Lopes; e 70 vagas são para o Movimento Bandeirantes.

O clube investe permanentemente na manutenção das edificações e instalações dos imóveis, conservando em perfeitas condições de utilização, respeitando o meio ambiente e não permitindo que terceiros se apossam; para tanto, mantendo um sistema de segurança e iluminação em todo o perímetro, com câmeras e alarmes em pontos estratégicos, protegendo também os transeuntes que se utilizam das vias públicas.

O grupos de escoteiros Bandeirantes e os bolsistas utilizam o espaço sem qualquer custo para eles; o clube absorve todas essas despesas.

Além dessas obrigações, o clube mantém uma agenda com as entidades municipais, cedendo gratuitamente o espaço e arcando com os respectivos custos operacionais de manutenção, segurança, limpeza, fornecimento de água e energia para programa socioesportivo educacional com parceria com a Secretaria Municipal de Esportes, Clube Escola de Ginástica Olímpica, inclusive com o oferecimento de professores para essas atividades, Associação de Desenvolvimento de Portadores de Deficiências Especiais, Programa Jovem Aprendiz, além de ceder quadras para treinamento das seleções paulista e brasileira principais e para paraolímpicas de vôlei e basquete.

Todos esses cursos referentes a essas contrapartidas são cobertos pelo corpo associativo através do orçamento do clube. A valoração dessas contrapartidas, com custos diretos, indiretos de investimentos e despesas, em apropriação recente, importam na ordem de 360 mil reais por mês.

O nosso clube é composto por 4.500 associados/contribuintes, mais alguns sócios remidos, que são os sócios com mais de 65 anos de idade e 35 de clube. Opera com 220 funcionários registrados nos termos da legislação trabalhista e é atendido pelo sistema de plano assistencial, mais 60 funcionários de empresas prestadoras de serviço ao clube, que geram, mais ou menos, 280 empregos diretos, dando sustento permanente a aproximadamente mil pessoas no Município de São Paulo.

Nós oferecemos mais de 5 modalidades esportivas e, além disso, recebemos, por semana, de 50 a 60 esportistas de outros clubes que vêm participar de competições, causando uma intensa movimentação no clube.

Como sabido, o esporte afasta o jovem das drogas e de outras delinquências. Nessa ótica, o Ipê cumpre muito bem sua obrigação, pois oferece, de forma contínua, espaço seguro aos jovens, concedendo tranquilidade aos pais que deixam seus filhos lá, num espaço

seguro e sob o cuidado de profissionais especializados.

O restaurante do clube funciona de segunda a domingo, oferecendo uma média de 150 a 200 refeições por dia aos seus funcionários, associados e convidados no horário do almoço, além de disponibilizar a lanchonete e a cafeteria para demandas em outros horários.

Dessa forma, dependem diretamente do Clube Ipê aproximadamente sete mil pessoas, além de outras que se aproveitam do nosso sistema de segurança quando utilizam os estacionamentos comuns. Para manter a segurança e a integralidade dessa população, mantemos um ambulatório médico, equipado com desfibrilador e outros equipamentos para o primeiro atendimento em caso de acidente; tudo de acordo com o dimensionamento e recomendação de profissionais especializados, compatível com a nossa privilegiada localização, próxima a vários hospitais, além de espaço destinado à fisioterapia, coordenado por profissionais de ponta.

O Ipê Clube, entidade sem fins lucrativos, tem suas receitas destinadas ao custeio, melhoria, modernização, segurança e ampliação das instalações, investindo também em treinamento e qualificação de seus colaboradores. Somente com a prorrogação ora em curso, ele poderá dar cumprimento aos investimentos e manutenções em suas instalações e melhorias das condições de estacionamento aos usuários, gerando potencial para atender a um número maior de associados, o que proporcionará uma melhor qualidade de seus serviços e da vida dos munícipes, associados e usuários. Objetivando estar sendo atualizado tanto nos aspectos socioesportivos como nos aspectos legais que norteiam o clube, o Ipê participa de forma atuante na direção do Sindiclube, Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo, desde sua instituição, há 30 anos, entidade que possui 900 clubes filiados, dos quase 1,4 mil existentes no Estado de São Paulo.

Entidade sem fins lucrativos, o estatuto do Clube Ipê está atualizado às legislações vigentes, em especial o Código Civil brasileiro, tendo sido o mesmo registrado em agosto de 2016 no 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital. Também

está devidamente adaptado às exigências e normas gerais sobre o desporto brasileiro, conforme Lei 9.615, Lei Pelé, e a Lei 9.532, que trata da legislação tributária.

Finalizando, por esse breve resumo, esperamos ter conseguido transmitir um pouco de uma história de 72 anos, justificando a necessidade e importância de que o Ipê continue a exercer suas atividades de formação de cidadãos, complementando a função do Estado prevista no artigo 217 da Constituição Federal, de fomentar lazer e práticas desportivas à população brasileira, cujos objetivos sociais estão inseridos no artigo 2º do Estatuto Social do Clube, observados e regidamente obedecidos pelos seus órgãos de administração.

Dessa forma, cumprindo com as contrapartidas assumidas com o Poder Executivo, prestando relevantes serviços à comunidade paulistana, investindo significativamente na manutenção das instalações e na preservação de áreas verdes, o Ipê Clube, e estando situado em terreno classificado como exclusivo para instalação de clubes, julga-se em condição legítima para solicitar a prorrogação da permissão de uso e de posse administrativa junto à Prefeitura do Município de São Paulo, conforme proposto pelo PL 107/2018, de autoria do Vereador José Police Neto.

Ao adotar essa medida de se considerar, ao Ipê Clube, a equiparação e o tratamento isonômico dado a diversos clubes profissionais que detêm autorização similar para utilização de áreas públicas, encerramos com uma frase do poeta Vicente de Carvalho, que traduz o pensamento, a sensação e a experiência do associado ipeano: “Tudo se arranca do seio: amor, desejo, esperança. Só não se arranca a lembrança de quando se foi feliz”.
Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradeço ao Sr. Gerson Vianna, que traçou a história do Clube Ipê. Quero franquear a palavra a algum membro da plateia. Alguém gostaria de se inscrever? (Pausa) Por gentileza, Dr. Milton Dallari.

O SR. JOSÉ MILTON DALLARI SOARES – Boa noite a todos os amigos presentes. Como membro do Conselho Deliberativo, ex-Presidente do Conselho e da Diretoria

Executiva, quero agradecer em nome da comunidade ipeana a gentileza do Vereador Nomura, do Vereador Police e da Dra. Roseli pela vinda ao nosso clube, um modesto clube de nossa região Sul, para nos brindar, por meio desse projeto de lei, com o reconhecimento desenvolvido por todas as diretorias desde 1945 para cá, que tiveram a possibilidade de propiciar a uma comunidade da região Sul do Estado de São Paulo uma área de lazer maravilhosa, com investimentos feitos pelos associados por volta de mais de 60 milhões de reais – investidos nas várias instalações do clube -, e permitir a essas entidades vizinhas nossas, como a AACD e outras, a possibilidade de usufruir também um pouquinho do nosso clube. Por isso, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer sinceramente o trabalho dos Srs. Vereadores, da Dra. Roseli, do Secretário, que precisou se ausentar, e do procurador jurídico no sentido de trazer um pouco mais de tranquilidade a nós associados e dirigentes do Ipê Clube, porque nossa demanda de prorrogação se faz necessária, e estamos praticamente numa fase final. Havendo, ainda este ano, a possibilidade da aprovação desse projeto, seria muito importante para trazer a tranquilidade necessária a todos nós, associados e dirigentes do Ipê Clube.

Portanto, em meu nome – e creio que falo até por alguns amigos presentes -, quero, sensibilizado, agradecer a presença dos senhores e dizer que reconhecemos profundamente o trabalho dos Srs. Vereadores em prol da nossa comunidade do Ipê Clube. Por fim, gostaria de convidá-los, quando possível, a fazerem-nos uma visita. Penso que vale a pena, no dia em que tiverem oportunidade, visitar nosso clube e ver tudo aquilo de trabalho que foi desenvolvido por todas as diretorias, indistintamente, em todo esse período. Por isso, mais uma vez, agradeço a presença dos senhores e parabênizo a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores de São Paulo, na presidência do Vereador Aurélio Nomura. Os nossos mais sinceros agradecimentos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Dr. Dallari. Cumprimento V.Sa., que fecha com brilhantismo essa discussão.

Não havendo mais inscritos nem mais nada a discutir na presença audiência pública, encerro os trabalhos, agradecendo mais uma vez à Dra. Roseli Magalhães Cunha, ao Dr. Cristiano Arruda e ao nosso colega e amigo Police Neto, a quem cumprimento pelo projeto, ao qual vou aderir como coautor. Agradeço também ao Dr. Ivo Amadeu, nosso Presidente do Ipê Clube; ao Dr. Alberto Besser, Presidente do Conselho Deliberativo do Ipê Clube; e a todos os senhores e a todas as senhoras pelo comparecimento. Embora já tenho ido embora, quero deixar consignada a presença do nosso Secretário Eduardo Tuma, que mora aqui perto e que, gentilmente, prontificou-se a vir trazer a posição do nosso Prefeito Bruno Covas, favorável, de acordo com manifestação já exarada, na Coordenadoria de Gestão do Patrimônio, pela Dra. Roseli Magalhães.

Acredito que o processo está avançando. Vamos votar esse projeto o mais rápido possível na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e, com certeza, vamos votar no Plenário. (Palmas)

Está encerrada a presente reunião. Obrigado.